

AULA 14 - CAPITALISMO E DIREITOS HUMANOS



Iniciamos esta aula com algumas tirinhas de quadrinhos do cartunista argentino Quino e sua personagem Mafalda. As tiras retratam a personagem título e dois de

seus amigos – Manolito e Susanita, e abordam questões relativas tanto ao capitalismo quanto aos direitos humanos, que comumente são vistos como antagônicos. Contudo, antes de tirarmos conclusões, é necessário conhecer o assunto. Dessa forma, esta aula pretende introduzir a temática do capitalismo e dos direitos humanos: o que são, quais as suas características, o seu percurso histórico, entre outros. Começamos pelo capitalismo:

CAPITALISMO

O sistema econômico capitalista se inicia com o fim do feudalismo, na Idade Média, mas só se impõe como sistema hegemônico a partir da Revolução Industrial, e constitui um modelo que se baseia na propriedade privada e no acúmulo de riqueza.

O Capitalismo, em sua trajetória, se divide em cinco fases:

- **PRÉ-CAPITALISMO:** pessoas independentes trabalhavam em suas oficinas, produzindo e trocando o excedente com outros produtores. O artesão era dono de sua oficina;
- **CAPITALISMO COMERCIAL:** ainda persiste a figura do produtor independente, mas surge também o trabalhador assalariado, que não possui meios de produção. Sem possuir meios de produzir, só lhe resta vender sua força de trabalho, mediante pagamento de salário;
- **CAPITALISMO INDUSTRIAL:** aumento da massa assalariada, e desaparecimento do artesão. Divide-se claramente a figura do trabalhador assalariado e a do possuidor dos meios de produção;
- **CAPITALISMO FINANCEIRO:** o sistema bancário e as grandes corporações financeiras passam a dominar o sistema financeiro e as demais atividades;
- **CAPITALISMO INFORMACIONAL:** ainda persiste a organização industrial e financeira, mas o que é valorizado é o conhecimento.

O capitalismo, de acordo com Karl Marx, se baseia também no princípio da mais-

valia, que afirma que o detentor dos meios de produção (ferramentas, equipamentos, saber técnico) paga a seus trabalhadores um salário inferior ao valor real do seu trabalho – e, nessa diferença de valor, o detentor dos meios de produção obtém seu lucro. Os trabalhadores, por não terem condições de produzir sozinhos (uma vez que não detém os meios para a produção), são forçados a vender sua força de trabalho. A divisão entre detentores dos meios de produção e trabalhadores assalariados cria classes sociais distintas: a burguesia (elite dominante) e o proletariado (classe trabalhadora).

O sistema capitalista ainda tem como base a livre concorrência, que teoricamente organiza as relações econômicas. A concorrência permite, por exemplo, que caso um cliente não esteja satisfeito com um produto compre o do concorrente. De acordo com esta visão, a figura do cliente é central no processo de sobrevivência das empresas.

A concorrência também existe em relação à compra da força de trabalho, na medida em que um trabalhador, insatisfeito com o valor pago pelo seu trabalho, poderia facilmente migrar para uma empresa concorrente, que lhe pagaria mais pelo seu trabalho.

Entretanto, o capitalismo não funciona tão perfeitamente na prática. A própria organização do sistema capitalista implica no surgimento de crises. Estas crises seriam cíclicas, ocorrendo de tempos em tempos, por causa do seguinte mecanismo: na medida em que, em nome da lucratividade e da competitividade, paga-se cada vez menos ao trabalhador pelo seu trabalho, reduz-se a quantidade de dinheiro circulando no mercado; com pouco dinheiro, as pessoas são forçadas a consumir menos, o que diminui a demanda por produtos; vendendo menos, as empresas são forçadas a reduzir custos, ou seja, demitir funcionários; pessoas desempregadas não tem fonte de renda, de modo que não podem consumir; sem consumo por seus produtos, as empresas não tem como sobreviver, fechando suas portas e aumentando o desemprego.

Por outro lado, os defensores do capitalismo apontam que, sempre que o sistema se vê frente a uma crise, ele se reinventa, ganhando força e continuando a existir

e a comandar as relações financeiras e sociais. E, exatamente defronte a um panorama de crise, no final do século XX, alguns países (principalmente Estados Unidos e Inglaterra) passaram a adotar o modelo Neoliberal de economia – modelo este que aprofunda as bases do capitalismo. O neoliberalismo prega a redução do Estado a um nível mínimo, privatizando empresas estatais e as substituindo com vantagens por empresas da iniciativa privada. Entre outras iniciativas propostas pelo neoliberalismo estão o controle da inflação e superávits em comércio exterior.

Obviamente, estas políticas não resolvem os problemas estruturais do capitalismo, culminando em novas crises – um exemplo claro e recente disso é crise mundial do final de 2008, que ainda repercute até os dias atuais.

O neoliberalismo prega a ascensão individual, através da organização de uma *meritocracia* – premiação dada a cada indivíduo, de acordo com seus méritos pessoais. Esta concepção compreende todo indivíduo como um empreendedor em concorrência com os demais, criando a figura do self-made man (o homem que faz a si mesmo), tão valorizado na sociedade ocidental. Temos vários exemplos de pessoas que saíram “do nada” e fizeram fortuna, ou criaram impérios financeiros – Silvio Santos e Roberto Justus são apenas dois exemplos nacionais.

De acordo com esta mesma concepção individualista, cabe ao indivíduo não apenas todo o mérito, mas também toda a responsabilidade pelo fracasso: se não conseguimos economizar o suficiente para comprar, por exemplo, um carro, a culpa é colocada sobre nós, que não fomos controlados o bastante. Como já dizia Raul Seixas: “Eu devia estar contente por que eu tenho um emprego, sou um dito cidadão respeitado [...] mas eu tenho uma porção de coisas grandes para conquistar e eu não posso ficar aqui parado”.

A palavra chave do sistema neoliberal é exatamente a liberdade: todos são livres para buscar o lugar mais alto na escala social, sem perceber que a busca por liberdade individual exclui as buscas por igualdade e justiça social. Somos levados a acreditar que o único caminho para o sucesso é o trabalho duro, mas esta lógica esconde o fato de que, ao trabalharmos duro para outras pessoas, estamos

enriquecendo a elas, muito mais do que a nós mesmos.

Esta lógica individualista esconde, de maneira ideológica, que é quase impossível economizar, considerando o valor do salário recebido (geralmente baixo, graças à lei de oferta e procura do mercado), e o custo de vida atual, custo este aumentado pelo fato de que devemos pagar para ter alguns direitos, como educação, saúde e lazer, por exemplo. Estes direitos (e muitos outros) são listados nas constituições de vários países, e se fundamentam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujas raízes são bem mais antigas.

DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são garantias fundamentais, geralmente definidas por legislação específica, muito embora a origem desta noção de direitos não seja embasada pelo direito.

Os direitos humanos derivam da idéia dos direitos naturais, atribuídos por Deus aos seres humanos. Esta idéia se desenvolveu e ganhou força na Idade Média, com os filósofos cristãos, que afirmavam que, embora as leis e as sociedades do homem sejam justas, as leis divinas têm prevalência sobre o estado laico (secular, oposto a eclesiástico) – de modo que os direitos humanos, dados por Deus, deveriam ser observados, independentemente das leis da sociedade.

Com o advento do racionalismo, muda-se o entendimento sobre os direitos humanos: os direitos humanos passam a ser vistos como inerentes à condição humana, e não se perdem quando o homem se insere em uma sociedade – nesta visão, Deus perde seu lugar de destaque e o homem passa a ser o centro dos pensamentos.

O próximo grande passo na busca por direitos humanos se deu após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e da Carta das Nações Unidas, que pregava a igualdade entre as pessoas, os povos e as nações. Da Carta das Nações Unidas deriva, mais tarde, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, composta por 30 artigos e traduzida para mais de 360 idiomas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prega, entre outros direitos básicos:

- O direito à vida;
- O direito à liberdade;
- O direito à segurança pessoal;
- O direito à saúde e à educação;
- O direito de não ser discriminado nem sofrer tratamentos cruéis ou degradantes;
- O direito de ir e vir;
- O direito à propriedade;
- O direito à liberdade de pensamento, expressão e religião;
- O direito a uma remuneração eqüitativa e satisfatória, que lhe permita uma existência conforme com a dignidade.

Esta mesma declaração prega também que não temos apenas direitos, mas também deveres a cumprir, deixando visível a concepção de que “o direito de um acaba onde começa o do outro”. Percebe-se assim que esta conjunção de direitos e deveres é fundamental para a vida em sociedade.

Contudo, não se pode fugir a uma questão, a partir da leitura dos direitos humanos fundamentais: de quem é a responsabilidade por prover estes direitos? A obrigação é necessariamente do Estado, ou devemos nós mesmos buscar nossos direitos?

Existem argumentos de ambos os lados, o que mostra a complexidade da questão. Por um lado, existe o fato de que a noção de que o estado deve prover os direitos de toda a população deriva do socialismo, que, como a história mostra, não funciona; a visão neoliberal prega o estado mínimo como única forma de regulação justa (afinal, a mão invisível do mercado regularia igualmente a questão da oferta e da procura por bens e serviços), de modo que não caberia ao Estado prover os direitos, mas sim à população buscá-los; por fim, embora a lei pregue a igualdade de tratamento, as pessoas não são iguais entre si, de modo que garantir

esses direitos envolveria ignorar a especificidade de cada população;

Por outro lado, há um enorme conjunto de argumentos que apontam que a mesma sociedade que prega a liberdade e o liberalismo não oferece meios reais de se obter o respeito aos direitos humanos, e a busca pela total liberdade individual impede a realização das garantias fundamentais de todos;

A discussão acerca do sistema capitalista (e acerca de sua roupagem atual, o neoliberalismo) e dos direitos humanos é antiga, e parece ainda distante de uma solução. Contudo, a solução para contradições como esta fica cada vez mais distante se as pessoas comuns (como eu e você) deixam de pensar sobre elas. Conhecer é o primeiro passo para questionar, propor mudanças e soluções. Aproveite esta aula como um convite ao pensamento.

BIBLIOGRAFIA

NEVES, Cláudia E. Abbês Baeta. Sociedade de controle, neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. In: LANCETTI, Antonio. (coord.) **Revista Saude Loucura** 6. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 84-91.

Declaração universal dos direitos humanos. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

Marx, Karl. **O capital**. Vol. 1. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SANTOS, Robson dos. **Afinal, o que são direitos humanos?** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos_dh/robson.htm>. Acesso em 16 out. 2009.

Quino. **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Weber, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.